

Anexo 1.1 na Região 3

O que já aconteceu, onde estamos
e quais os próximos passos



Belo Horizonte | Junho de 2026

Sumário

Sobre este caderno	3
1. O que é o Anexo I.1?	4
2. Quem participa das decisões?	5
3. O que já aconteceu na Região 3?	6
3.1. Preparação e organização do Anexo I.1	6
3.2. Formação da governança participativa	6
3.3. Discussão e priorização dos danos	6
3.4. Crédito e microcrédito na Região 3	7
3.5. Levantamento das ideias de projetos	8
3.6. Caderno de Apoio à Escolha de Projetos	9
3.7. Rede de Projetos da Região 3	9
3.8. Seminário de Planejamento da Região 3	10
4. Linha do tempo do Anexo I.1 na Região 3	11
5. Onde estamos agora?	12
6. O que a população atingida deve acompanhar a partir de agora?	13
7. Quais são as principais definições até agora?	14
8. Perguntas frequentes	15

Sobre este caderno

Este material apresenta o andamento do Anexo I.1 na Região 3.

Aqui você encontra uma síntese do caminho percorrido, das principais etapas realizadas e dos pontos de atenção que precisam ser acompanhados a partir de agora.

O objetivo é facilitar o acesso à informação para que a população atingida possa compreender o processo, acompanhar as decisões e participar das próximas etapas.

Este material é importante porque o Anexo I.1 tem muitas etapas, documentos e decisões. Por isso, nem sempre é fácil acompanhar tudo.

1. O que é o Anexo I.1?

O Anexo I.1 faz parte do Acordo Judicial de Reparação assinado após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

Ele trata dos projetos de demandas das comunidades atingidas, além de ações de crédito e microcrédito que devem dialogar com as necessidades das pessoas atingidas e com o desenvolvimento das comunidades.

Isso significa que os recursos do Anexo I.1 devem ser usados em projetos que ajudem a reparar danos coletivos causados pelo rompimento da barragem.

Esses projetos devem nascer das demandas das comunidades, dos danos vividos nos territórios e das prioridades definidas nos espaços de participação.

2. Quem participa das decisões?

Além da participação direta das comunidades, existem também os Conselhos Locais, os Setores Locais, o Setor Regional e o Conselho Regional. Esses espaços contam com representantes escolhidos(as) pelas comunidades e grupos atingidos, cuja função é dar voz às demandas dos territórios, participar das discussões, acompanhar os encaminhamentos e contribuir para que as prioridades das comunidades sejam consideradas no processo.

Os Conselhos Locais tratam de temas mais próximos das comunidades e dos municípios. Eles ajudam a organizar demandas, discutir projetos e indicar representantes para o Conselho Regional.

O Conselho Regional discute temas que envolvem mais de um município, dialoga sobre as linhas de crédito e microcrédito e ajuda a pensar as prioridades da Região 3 como um todo.

Os Setores Locais e Regional são importantes para garantir a representação de Povos e Comunidades Tradicionais e/ou Originários, cujas formas próprias de organização social resultam em demandas específicas para estes grupos.

Nas próximas etapas, serão compostos espaços de participação inter-regionais, destinados às deliberações sobre ações que envolvam toda a bacia atingida.

Assim, o processo combina dois caminhos: a participação ampla das pessoas atingidas e a atuação dos(as) representantes escolhidos(as) nos espaços de governança.

3. O que já aconteceu na Região 3?

3.1. Preparação e organização do Anexo I.1

Em 2025, começaram as etapas de organização do Anexo I.1.

Nesse período, ocorreram ações de estruturação da Entidade Gestora, abertura de escritórios regionais, contratação de equipe, formação territorial pelas Assessorias Técnicas Independentes e atividades de formação sobre a governança.

Na Região 3, as pessoas atingidas participaram de formações e reuniões para entender melhor o funcionamento do Anexo I.1, os espaços de decisão, o papel dos Conselhos e Setores e os caminhos para a escolha dos projetos e linhas de crédito e microcrédito.

3.2. Formação da governança participativa

A governança é a forma de organização criada para garantir que as pessoas atingidas participem das decisões.

Na Região 3, esse processo envolveu a formação dos Conselhos Locais, dos Setores Locais, do Setor Regional e do Conselho Regional.

Esses espaços ajudam a organizar as demandas das comunidades, discutir prioridades e acompanhar o uso dos recursos.

A governança busca garantir que as ações do Anexo envolvam as necessidades apresentadas pelas próprias pessoas atingidas.

3.3. Discussão e priorização dos danos

Antes de tudo, foi necessário discutir os danos.

Esta etapa foi importante porque os projetos do Anexo I.1 precisam responder aos danos coletivos vividos pelas comunidades.

Na Região 3, as pessoas atingidas apontaram diferentes danos relacionados aos modos de vida, trabalho, produção, renda, cultura, convivência comunitária, meio ambiente, infraestrutura e outras dimensões da vida nos territórios.

A priorização dos danos ajudou a indicar quais problemas deveriam orientar a construção dos projetos.

Síntese dos danos priorizados

Aproximadamente 70 tipos de danos coletivos foram inicialmente levantados na Região 3. Nos conselhos, as categorias mais indicadas foram Modos de Vida, Alimentação e Atividade Econômica. Nos setores, além destas categorias, foram indicadas as categorias Tradição Cultural e Economia Tradicional.

3.4. Crédito e microcrédito na Região 3

Além dos projetos das comunidades, o Anexo I.1 também prevê ações de crédito e microcrédito.

O crédito e o microcrédito são formas de apoio financeiro voltadas ao fortalecimento da economia das pessoas e comunidades atingidas. Eles podem ajudar na retomada de atividades produtivas, no início de pequenos negócios, na ampliação da renda e no fortalecimento de iniciativas coletivas.

As linhas de crédito e microcrédito devem considerar os danos coletivos, as cadeias produtivas atingidas, as vulnerabilidades sociais e as potencialidades econômicas de cada território.

Na Região 3, este debate apareceu junto com as discussões sobre danos, projetos, governança e desenvolvimento dos territórios.

Em janeiro e fevereiro de 2026, ocorreram reuniões entre a Entidade Gestora, as Assessorias Técnicas Independentes e outras instituições para tratar da proposta de uma Linha Piloto de Microcrédito Social, experiência inicial apresentada como uma proposta emergencial, voltada ao atendimento de pessoas atingidas em situação de maior vulnerabilidade.

Durante esse processo, foram levantadas preocupações sobre a participação da governança na definição da linha piloto, a forma de comunicação com as pessoas atingidas e a necessidade de informações nítidas sobre público atendido, valores, carência, juros, prazo de pagamento e critérios de acesso.

Em março de 2026, a Entidade Gestora anunciou a suspensão temporária da Linha Piloto de Microcrédito Social. A suspensão ocorreu após manifestação das instâncias da Região 3 e das Instituições de Justiça, que apontaram preocupação com a ausência de deliberação prévia pelas instâncias de governança das pessoas atingidas.

Com isso, a linha piloto não foi iniciada naquele momento.

Ficou reforçada a necessidade participação das pessoas atingidas nas tomadas de decisão, com informação acessível sobre critérios, condições, prazos, responsabilidades e formas de acompanhamento.

Em junho de 2026, a Região 3 realizou reuniões específicas para aprofundar no debate sobre as linhas de crédito e microcrédito. Até então, o tema permanece como parte dos próximos encaminhamentos do Anexo I.I.

3.5. Levantamento das ideias de projetos

Depois da discussão sobre os danos, as comunidades passaram a levantar ideias de projetos.

Essas ideias vieram de reuniões, encontros, inaugurações de conselhos e setores, rodadas locais e outros espaços de participação.

A lista de projetos da Região 3 reuniu propostas ligadas a diferentes temas, como agricultura familiar, geração de renda, cultura, esporte, proteção ambiental, infraestrutura, energia, água, ações para povos e comunidades tradicionais e outras demandas dos territórios.

Essa lista foi apresentada como uma lista preliminar. Isso significa que ela não encerrou o debate, mas ajudou a organizar o que já havia sido levantado e

permitiu que as comunidades acompanhassem, debatessem e realizassem ajustes.

3.6. Caderno de Apoio à Escolha de Projetos

Em fevereiro de 2026, foi elaborado um material de apoio à escolha de projetos da Região 3.

Esse material ajudou conselheiros, conselheiras e comunidades a refletirem sobre os projetos que poderiam contribuir para a reparação coletiva.

Ele trouxe informações sobre danos, potencialidades, vulnerabilidades, atividades econômicas e critérios para avaliar se uma proposta tinha condições de seguir adiante.

A ideia principal foi orientar as discussões e apoiar escolhas mais justas, coletivas e viáveis.

3.7. Rede de Projetos da Região 3

A Rede de Projetos da Região 3 ajudou a organizar as ideias levantadas pelas comunidades.

Números da Rede de Projetos

O mapeamento indica que foram registradas 245 ideias de projetos, deliberadas por 18 instâncias de governança e organizadas em 14 temas que conectam os dez municípios da Região 3.

Esse levantamento mostrou que muitas comunidades têm demandas parecidas. Quando vários municípios apontam necessidades semelhantes, isso ajuda a identificar temas regionais e possibilidades de projetos mais integrados.

Entre os temas com forte convergência regional estão propostas relacionadas aos quintais produtivos, produção coletiva, geração de renda, fortalecimento comunitário, infraestrutura e outras ações ligadas à melhoria das condições de vida nos territórios.

3.8. Seminário de Planejamento da Região 3

Nos dias 18 e 19 de maio de 2026, representantes das comunidades atingidas da Região 3 participaram do Seminário de Planejamento Estratégico Situacional para a construção do Plano de Recuperação e Desenvolvimento Regional Comunitário.

O seminário discutiu caminhos para orientar a aplicação dos recursos do Anexo I.I no desenvolvimento dos territórios atingidos.

Nesse processo, foram debatidos desafios comuns, potencialidades da Região 3, formas de cooperação entre comunidades e diretrizes para pensar projetos com maior capacidade de continuidade.

A partir das discussões, foram organizadas três diretrizes importantes para orientar o desenvolvimento regional a partir da produção agroecológica, da agroindustrialização cooperativa, da comercialização cooperativa e da cultura. São elas:

1. Formação técnica, humanística e cooperada.

2. Organização das cadeias de valor.

3. Infraestrutura básica adequada aos territórios.

Essas diretrizes regionais ajudam a pensar projetos que não fiquem isolados, mas que se conectem com as necessidades reais da Região 3.

4. Linha do tempo do Anexo I.1 na Região 3

A linha do tempo abaixo organiza as principais etapas do processo na Região 3.

Período	O que aconteceu
Julho de 2025	Início das ações de estruturação do Anexo I.1. Organização da Entidade Gestora, escritórios regionais, contratação de equipes e preparação das formações territoriais.
Agosto de 2025	Realização de formações e atividades de informação sobre o Anexo I.1, incluindo debates sobre a governança e a participação das pessoas atingidas.
Setembro de 2025	Realização de atividades com representantes da Região 3 e a Entidade Gestora. As reuniões trataram de dúvidas sobre projetos, valores disponíveis, participação das pessoas atingidas, formação dos conselhos e construção das linhas de crédito e microcrédito.
Outubro de 2025	Avanço na preparação da priorização de danos e na organização dos espaços de governança. A Região 3 discutiu os danos vividos pelas comunidades e a relação desses danos com possíveis projetos.
Outubro e novembro de 2025	Inauguração de Conselhos Locais, Setores Locais, Setor Regional e Conselho Regional. Esses espaços passaram a ter papel importante na discussão das demandas e das prioridades da Região 3.
Dezembro de 2025 a fevereiro de 2026	Conclusão da etapa de priorização de danos na Região 3. Discussão sobre diretrizes dos projetos, divisão de recursos, crédito e microcrédito. Elaboração de material de apoio à escolha de projetos. Foram realizadas discussões sobre a proposta de Linha Piloto de Microcrédito Social. O tema foi tratado em reuniões entre a Entidade Gestora e ATIs. Nessas discussões, foram levantadas preocupações sobre a participação da governança, a comunicação com as pessoas atingidas e a necessidade de informações claras sobre critérios, valores, prazos, juros, carência e condições de acesso.
Março de 2026	Publicação e organização da lista preliminar de projetos da Região 3, com ideias, pedidos e necessidades apresentadas pelas pessoas atingidas ao longo de reuniões, rodadas locais e inaugurações de conselhos e setores. A Entidade Gestora informou a suspensão temporária da Linha Piloto de Microcrédito Social. A suspensão ocorreu após manifestação das instâncias da Região 3 e das Instituições de Justiça, que apontaram preocupação com a ausência de deliberação prévia pelas instâncias de governança das pessoas atingidas. Com isso, a linha piloto não foi iniciada naquele momento.
Abril de 2026	Realização do Encontro Rede de Projetos da Região 3. Organização das ideias de projetos, identificação de temas comuns entre municípios, debates com especialistas e levantamento de informações que ainda precisavam ser detalhadas.
Mai de 2026	Realização do Seminário de Planejamento da Região 3, nos dias 18 e 19 de maio, em Pequi. A partir do dia 25 de maio, foram iniciadas agendas entre comunidades atingidas e Entidade Gestora para pactuação de diretrizes, precedidas por rodadas de diálogo com Conselhos e Setores Locais e Regionais para priorização dos projetos.
Junho de 2026	Foram realizadas reuniões regionais específicas para aprofundar no debate sobre as linhas de crédito e microcrédito. Além disso, foram concluídas todas as rodadas de validação e priorização de projetos do Anexo I.1 na Região 3.

5. Onde estamos agora?

Em junho de 2026, a Região 3 concluiu as rodadas de validação e priorização de projetos do Anexo I.1.

Nessas rodadas, os conselhos e setores analisaram as propostas até então levantadas e indicaram quais projetos deveriam ser considerados prioritários.

A priorização organizou as escolhas feitas nos espaços de governança e indicou quais propostas foram consideradas mais importantes neste momento do processo.

É importante compreender: projeto priorizado ainda não significa projeto pronto para execução. Após a priorização, serão divulgados editais para contratação das entidades que vão executar os projetos viáveis.

6. O que a população atingida deve acompanhar a partir de agora?

Com a conclusão das rodadas de validação e priorização, a população atingida deve acompanhar as informações que serão apresentadas sobre o Anexo I.1 na Região 3.

É importante observar:

1. A divulgação da lista final dos projetos priorizados.
2. A ordem de prioridade definida em cada conselho e setor.
3. As informações que ainda precisam ser detalhadas nos projetos.
4. Os critérios usados para análise de viabilidade das propostas.
5. Os próximos prazos informados pela Entidade Gestora.
6. O lançamento dos editais de contratação.
7. O acompanhamento da execução dos projetos aprovados.
8. A transparência sobre o uso dos recursos.

A participação da população atingida continuará essencial para garantir informação e respeito às prioridades definidas nos territórios.

7. Quais são as principais definições até agora?

1. Alguns pontos são importantes para entender essa etapa do Anexo I.1:
2. A lista inicial de projetos foi construída a partir das demandas apresentadas pelas comunidades e trabalhadas em vários espaços de participação.
3. A priorização indicou quais propostas foram consideradas mais importantes pelos Conselhos e Setores.
4. As informações levantadas nas reuniões de priorização precisam ser organizadas e detalhadas antes das próximas etapas.
5. Projeto priorizado não significa projeto aprovado para execução imediata. É preciso avaliar se ele é possível de ser executado para lançar os editais de contratação.
6. A previsão da Entidade Gestora é que os projetos da primeira onda comecem a ser executados no segundo semestre de 2026.
7. A participação das comunidades continua essencial para acompanhar as devolutivas e os próximos passos.

8. Perguntas frequentes

O que é projeto local?

É um projeto voltado a uma comunidade, município ou território específico.

O que é projeto regional?

É um projeto que envolve mais de um município ou que responde a uma demanda comum da Região 3.

O que é projeto de setor?

É um projeto ligado a demandas específicas de Povos e Comunidades Tradicionais e/ou Originários.

Os projetos já estão aprovados?

Não necessariamente. A priorização só indica quais projetos foram considerados mais importantes levando em consideração os danos, as necessidades coletivas, a urgência, a viabilidade e a importância para o município, setor ou a região. Com as prioridades escolhidas, os projetos serão estudados, detalhados e, se forem considerados possíveis de serem executados, terão as contratações para execução iniciadas.

Quem escolheu os projetos?

As prioridades foram construídas com participação das pessoas atingidas por meio dos Conselhos Locais, Setores Locais, Setor Regional, Conselho Regional a partir dos demais espaços de participativos.

A comunidade ainda pode acompanhar?

Sim. A comunidade deve continuar acompanhando o processo. A população atingida tem direito à informação clara sobre os projetos, os critérios, os prazos e os próximos passos.

A lista de projetos ainda pode mudar?

A lista pode ser ajustada se a organização das informações, os encaminhamentos ou as devolutivas indicarem necessidade de correção, complementação ou riscos na execução do projeto.

A segunda onda seguirá a mesma ordem de projetos?

Não necessariamente. Novas rodadas de priorização serão realizadas junto aos Conselhos e Setores Locais e Regionais. Nestes espaços, os(as) representantes(as) poderão incluir novos projetos ou continuar os iniciados na primeira onda.

E as linhas de crédito e microcrédito?

Nos próximos meses, deverão ser definidas as linhas de crédito e microcrédito pelas instâncias regionais de participação. A partir delas, a Entidade Gestora iniciará a disponibilização deste crédito solidário para as pessoas atingidas.